



miguilim

revista eletrônica do nefli

volume 9, número 3, set.-dez. 2020

TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA LUSOFONIA: A REFERÊNCIA CRUZADA NAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS ¹



TRANSPARENCY AND OPACITY IN LUSOPHONY: THE CROSS-REFERENCE IN AFRICAN VARIETIES OF PORTUGUESE

Gustavo da Silva ANDRADE
Universidade Estadual Paulista, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR

RECEBIDO EM 01/06/2020 • APROVADO EM 09/08/2020

DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v9i3.2411>

Resumo

O presente artigo descreve as formas transparentes e opacas de expressão do argumento sujeito, à luz da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), nas variedades africanas do português, provenientes de dados do português falado do século XX e XXI, compilado pelo Corpus Lusófono (NASCIMENTO, 2001). Pretendemos verificar e analisar diferenças comportamentais no tocante à expressão e à codificação da categoria de pessoa, identificando motivações funcionais e formais para a expressão do argumento sujeito ora apenas pronominalmente, sem necessitar da morfologia verbal para marcar a noção de pessoa e de número, ora de forma duplamente marcada, quando o sujeito é expresso simultaneamente por meio de uma forma pronominal e um afixo verbal. Pretendemos, assim,

determinar, qualitativa e quantitativamente, o grau de transparência dessas variedades, estabelecendo uma hierarquia implicacional de transparência para o fenômeno.

Abstract

The present article describes the transparent and opaque forms of expression of the subject argument in view of Functional-Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), in the African varieties of Portuguese, derived from data from Portuguese spoken in the 20th and 21st centuries, compiled by the Lusophone Corpus (NASCIMENTO, 2001). We intend to verify and analyze behavioral differences regarding the expression and codification of the category of person, identifying functional and formal motivations for the expression of the subject argument, sometimes only pronominally, without needing the verbal morphology to mark the notion of person and number, or of doubly marked form, when the subject is expressed simultaneously by means of a pronominal form and a verbal affix. We intend, therefore, to determine, qualitatively and quantitatively, the degree of transparency of these varieties, establishing an implicational hierarchy of transparency for the phenomenon.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito. Transparência e opacidade. Gramática Discursivo-Funcional.

KEYWORDS: Subject. Transparency and opacity. Functional Discourse Grammar.

Texto integral

Considerações Iniciais

A literatura linguística de orientação funcionalista tem descrito a forma como as línguas codificam o sujeito em sentenças independentes, considerando, especificamente, a codificação plena ou nula dos sujeitos pronominais. Levando em consideração essa dualidade, é possível identificar um cruzamento de possibilidades de codificação, i.e., considera-se (i) a possibilidade ou não de expressão do argumento sujeito e (ii) de expressão ou não na morfologia verbal. No português, especificamente, há duas formas de expressão do argumento sujeito: a primeira dá-se pela marcação dupla de pessoa, quando o sujeito é expresso pelo afixo verbal e pelo pronome, como em (1a); a segunda, apenas por afixo verbal, como em (1b).

- (1) a. **Eu comi** o bolo.
b. **Ø comi** o bolo.

Para Hengeveld (2011), quando a língua apresenta um sistema de codificação semelhante à construção em (1a), tem-se um sistema de referência

cruzada, que ocorre, justamente, quando ambas as marcas, o afixo verbal e o pronome pessoal, são referenciais, i.e., na ausência de uma das marcas, a outra marcação de pessoa é capaz de recuperar o referente. Nos termos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), haveria uma relação de opacidade entre o Nível Interpessoal (NI) e o Nível Representacional (NR), uma vez que dois subatos de referência, no NI, corresponderiam a um único indivíduo no NR. Em contrapartida, a construção (1b) aponta para uma relação de transparência, em termos de forma-significado, no tocante à correspondência entre unidades dos níveis Interpessoal e Representacional, pois um único subato referencial, no NI, corresponderia a um único indivíduo no NR.

Dessa forma, o fato de o português permitir a expressão do argumento sujeito por meio dessas duas estratégias morfossintáticas, por pronome e por afixo verbal, de forma independente, comprovaria, em princípio, tratar-se de uma língua com sistema de dupla marcação da informação de pessoa.

Ao depararmos-nos com construções como em (1b), somos levados a questionar quais motivações interpessoais e representacionais levam o falante a expressar o argumento sujeito por meio da dupla marcação de pessoa, já que apenas o afixo verbal é suficiente no português para expressar o sujeito. Deriva o fato de que construções com a dupla marcação do argumento interferem no grau de transparência/opacidade de uma língua, pois coloca em uma relação de dois-para-um elementos da língua.

Assumimos que a alternância na forma de marcação do argumento sujeito cria três cenários possíveis, quais sejam: (i) somente pelo pronome argumento sujeito, (ii) somente pelo afixo verbal ou (iii) congregando as duas formas. Adiantamos que, no *córpus*, não foram identificadas construções que exemplificassem (i), como, por exemplo, *Ele comer bolo*, salvo contexto em que esse tipo de construção ocorre (como completivas introduzidas por *se* ou circunstanciais concessivas). Nesse sentido, objetivamos, neste artigo, descrever as motivações para a alternância entre as construções (ii) e (iii). Especificamente, pretendemos identificar a tendência estatística de transparência da referência cruzada, nas variedades do português falado na África.

A diminuição de formas verbais distintivas de pessoa e a seleção de uma mesma marca para mais de uma pessoa do discurso acarretariam uma redução no paradigma de conjugação verbal da variedade coloquial do português. Redução essa que, de acordo com nossa hipótese central, levaria o falante a preencher, mais frequentemente, a posição de sujeito com uma forma pronominal², evitando, assim, possíveis ambiguidades. Com isso, se compararmos a variedade culta do português, que tende a preservar mais as formas flexionais do verbo, a redução do paradigma verbal e a conseqüente mudança no sistema pronominal do português brasileiro poderiam indicar que o português está perdendo seu princípio *pro-drop*, tornando-se similar ao Inglês e ao Francês, com a obrigatoriedade de preenchimento do *slot* do sujeito com algum elemento pronominal pleno ou um expletivo.

O Quadro 1 apresenta, para o presente do indicativo, a distinção entre o português culto e o português coloquial, no qual a relação de oposição é estabelecida

somente entre a primeira pessoa do singular (marcada pelo afixo verbal “-o”) e as demais pessoas do discurso (por meio do morfema zero “-Ø”), passando, assim, de um contexto de maior opacidade (quando há dupla marcação) para um contexto de maior transparência (quando a informação de pessoa é expressa apenas no verbo).

Quadro 1. Evolução do sistema flexional da variedade coloquial do português brasileiro.

PRONOME	Português culto	Português coloquial
Eu	Canta-o	Canta-o
Tu	Canta-s	-----
Você	-----	Canta-Ø
Ele/Ela	Canta-Ø	Canta-Ø
Nós	Canta-mos	-----
A gente	-----	Canta-Ø
Vós	Canta-is	-----
Vocês	-----	Canta-Ø
Eles	Canta-m	Canta-Ø

Fonte: Adaptado de Galves (1993) e de Mattos e Silva (2006).

Na variedade culta do português, o sistema de flexão verbal mantém pelo menos cinco formas distintas de marcação de pessoas do discurso, fato que, em tese, poderia favorecer uma incidência maior de sujeito nulo (sem expressão por meio de pronome) na língua, ao passo que as situações de expressão do argumento sujeito descritas na variedade coloquial do português “forçariam” o falante a preencher com maior frequência a posição sintática de sujeito com o pronome referencial.

Com relação à necessidade de realizar uma análise da expressão do argumento sujeito, para além do plano sintático, incluindo a semântica e a pragmática, podemos mencionar autores como Dubois e colaboradores (2006) e Givón (1995; 2001a). Para Dubois e colaboradores (2006), a noção de sujeito, na gramática tradicional, é vaga, uma vez que considera apenas a agentividade ou a passividade do sujeito ante a ação verbal. Para os autores, trata-se de um termo essencial da frase, em torno do qual se constrói o enunciado, designando o ser ou o objeto sobre o qual se afirmará algo, retomando a distinção entre tópico e comentário proposta pela literatura (GÍVON, 1995; 2001a; 2001b). Naro e Scherre (2007) mencionam também o fato de que o preenchimento (ou não) do *slot* de sujeito por pronome pessoal pode estar relacionado a uma questão de natureza

mais contextual, considerando a funcionalidade que o constituinte exerce naquele contexto de uso.

A noção de que em frases com verbos sem sufixo verbal de número haja maior índice de expressão do sujeito pronominal é lógica, pelas razões já expostas até aqui. Cabe, entretanto, destacar os aspectos suficientes e necessários para a identificação e para a caracterização do argumento sujeito. O primeiro, de ordem estrutural, diz respeito à concordância: em orações, como *Ele plantou árvores*, a marcação plural (-s) do SN *árvores* não se adéqua à forma singular do verbo, que, por sua vez, está harmônica ao SN pronominal *Ele*.

Outros fatores que comprovam o SN *Ele* como sujeito são: (i) somente um SN animado³ pode realizar a ação expressa pelo verbo *plantar* e (ii) a posição inicial do SN na frase, típica do tópico/sujeito. O problema aparece quando nos deparamos com construções do tipo *Ø Plantou árvores*, em que, apesar de haver a marcação de pessoa no verbo (sufixo verbal de terceira pessoa do singular no tempo pretérito), nota-se um caso de ambiguidade, uma vez que não é possível identificar pela terminação verbal qual é a referência do sujeito, que, a depender da variedade do português, pode ser de segunda ou de terceira pessoas do singular (*você/ele/ela plantou árvores*) ou de primeira, de segunda ou de terceira pessoas do plural (*a gente/nós/vocês/eles/elas plantou árvores*).

Sendo assim, nos casos em que o argumento sujeito é duplamente marcado, é preciso levar em consideração (i) se o sistema de dupla marcação do argumento sujeito é obrigatório ou opcional; (ii) se as duas marcações de pessoas são referenciais por si sós (HENGEVELD, 2012); (iii) se o argumento sujeito já marcado por meio de afixo verbal não for expresso também pronominalmente, a identificação do referente se tornaria ambígua, e (iv) se quando verificamos a redução do paradigma de conjugação verbal e do sistema pronominal, restando apenas uma forma distintiva ou uma marcação binária de pessoas do discurso, a identificação do referente está diretamente ancorada no contexto (para o que já foi dito antes ou para as informações que estão disponíveis no contexto de comunicação/ou na memória).

A esse respeito, Hengeveld (2012) lista três formas de expressão do sujeito. A primeira é por meio de uma única marcação, como ocorre em Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 139), visto em (2).

- (2) **Cu-te** po curan.
 3-PAS cervo matar
 ‘Ele matou o cervo’ (PAS = Passado)

No exemplo, a marcação de pessoa é unicamente realizada por prefixo no verbo auxiliar *te*, i.e., não há, nesse caso, a expressão do sujeito na forma pronominal, construção que difere da em (3), na qual a expressão da pessoa é dada por meio de sujeito pleno, levando a uma não marcação no verbo.

(3) **Hũmre** te po curan.

homem PAS cervo matar

‘O homem matou o cervo’ (PAS = Passado)

Identificamos, dessa forma, na língua Canela-Krahô, a existência da possibilidade de marcação do argumento sujeito de duas formas: a primeira, via expressão do sujeito, por meio de SN “hũmre”, e a segunda, via prefixo verbal “cu”. Em ambos os casos, as duas formas são referenciais, i.e., podem ser usadas separadamente para expressar a noção de pessoa, porém, essas duas estratégias de marcação de pessoa não ocorrem em sistema de dupla marcação.

Em línguas como o Tukang Besi (DONOHUE, 2004, p. 200), a possibilidade de o argumento sujeito ser expresso por um sistema de dupla marcação alternativa, em que ambas as formas são referenciais por si sós (pronome e afixo verbal), é inexistente. Nesse caso, a configuração em (4), em que o argumento sujeito é expresso por um sistema de dupla marcação obrigatória, é a única opção possível em uma língua como Tukang Besi. Assim, quando isso ocorre, o que se tem é um caso de concordância sintática, em que a marca de pessoa no sufixo verbal constitui apenas uma cópia da informação de pessoa que é expressa na forma pronominal. Em (4), portanto, a marcação referencial dá-se pelo pronome (*ia*), enquanto o prefixo verbal “no” é apenas uma cópia de informação de pessoa no nível morfossintático (doravante, NM).

(4) **No-wila** na *ia*

3.REAL-ir NOM 3SG

‘Ele foi’ (NOM = Nominativo)

Siewierska (2004) lista três formas básicas de expressão do sujeito: (i) por pronome e afixo verbal, (ii) apenas no afixo verbal com omissão do pronome ou (iii) por pronome com uma afixação verbal não condizente com a pessoa expressa pelo pronome. Avançamos na proposta, portanto, ao considerarmos que, na situação (i), haverá um cenário de opacidade, caminhando para uma situação de transparência máxima em (iii). Nesse sentido, este trabalho contribuirá com os estudos de descrição da expressão do argumento sujeito tanto no português brasileiro quanto em outras variedades lusófonas (já listadas), em especial no que se refere à investigação de motivações pragmáticas que podem interferir na expressão e na codificação de categorias gramaticais diversas de maneira mais transparente ou mais opaca, a depender das forças em competição em dadas situações de comunicação, e.g., economia, iconicidade, entre outras.

Gramática Discursivo-Funcional

A GDF é um dos componentes de uma teoria mais ampla da interação verbal, composta pelo (i) Componente Gramatical, ela própria; (ii) o Componente Conceitual (responsável pela intenção comunicativa, os *scripts* e os *frames* mentais); (iii) o Componente Contextual (no qual se encontram as informações mediatas e imediatas) e (iv) o Componente de Expressão (cuja função é expressar via oral ou escrita a informação gramatical).

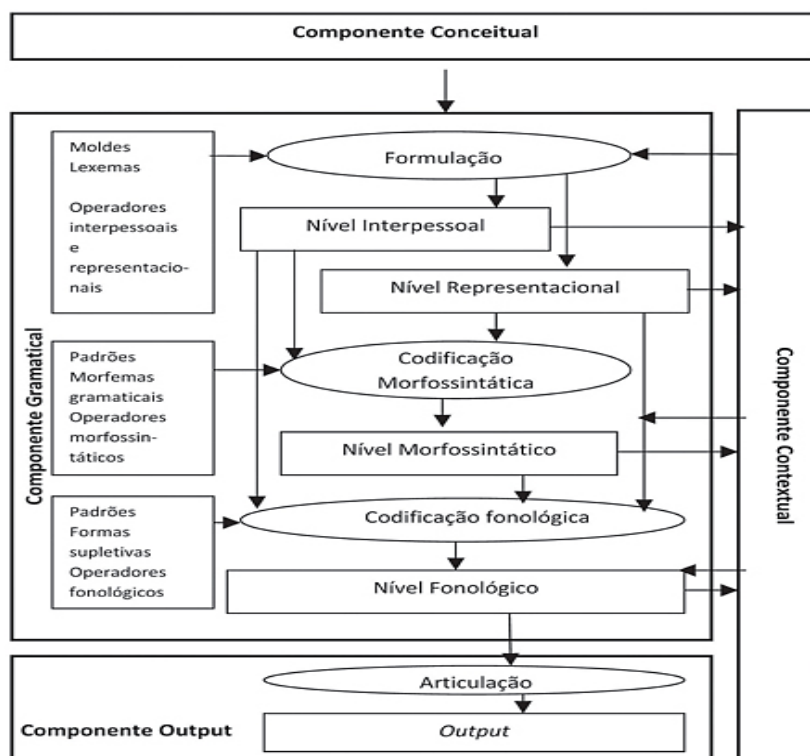
Organiza a expressão linguística de forma *top-down*, i.e., parte da intenção comunicativa para a codificação morfossintática e fonológica. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), a produção linguística é um processo que começa na intenção do Falante, em nível pré-linguístico, e termina na expressão do enunciado, passando pela codificação. Reconhecemos, assim, duas operações maiores: a formulação e a codificação. Por tratar das regras de representações pragmáticas e semânticas de uma língua, a formulação é um processo inicial, que segue o momento pré-linguístico. A codificação, por sua vez, converte as informações oriundas da formulação em informações morfossintáticas e fonológicas. A GDF, assim, reproduz, em sua estrutura, a organização mental dos falantes.

Nesse contexto, por assumir que vários fenômenos linguísticos não são passíveis de explicação apenas em nível sentencial, faz-se necessário que a GDF considere unidades maiores do que as orações, i.e., o discurso. Para a GDF, o *discurso* é a forma como os enunciados são formados e organizados, identificando as regras que atuam nessa organização. Portanto, uma gramática orientada para o discurso busca explicações para todas as unidades identificáveis no comportamento comunicativo, denominadas de *atos discursivos* (SINCLAIR; COULTHARD, 1975). Essas unidades são descritas e organizadas em termos de quatro níveis de análise: dois para a formulação (os níveis Interpessoal e Representacional, para as análises pragmática e semântica, respectivamente) e dois para a codificação (os níveis Morfossintático e Fonológico).

As operações de Formulação e de Codificação originam quatro níveis de análise: o nível interpessoal (NI), que corresponde à pragmática (as informações das funções dos enunciados dentro de um determinado contexto comunicativo); o nível representacional (NR), que corresponde à semântica (i.e., as informações das categorizações semânticas); à morfossintaxe (NM), que se refere ao nível de codificação de informações advindas dos níveis de formulação, e o nível fonológico (NF), que se refere ao processo de codificação fonológica, com vistas à expressão do enunciado (oral ou escrita).

Como se pode ver na Figura 1, o Componente Gramatical contém (i) três operações (representadas pelas figuras ovais) – Formulação, Codificação Morfossintática e Codificação Fonológica; (ii) três conjuntos de primitivos (representados pelos quadrados) usados nas operações; (iii) quatro níveis de representação (indicados pelos retângulos), que contêm as representações construídas pelas operações, isto é, os níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico.

Figura 1. Esboço geral da GDF.



Fonte: adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13).

A GDF, como dito anteriormente, opera de cima para baixo: segue da intenção comunicativa do falante, elaborada no Componente Conceitual, à articulação, que ocorre dentro do Componente de Expressão. Especificamente, após a seleção da representação mental de uma intenção comunicativa, a Formulação, utilizando-se elementos do primeiro conjunto de primitivos, converte essas representações conceituais em representações pragmáticas e semânticas, que são inseridas nos níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente. As operações de Codificação convertem essas configurações interpessoais e representacionais em representações morfossintáticas e fonológicas, inserindo-as nos níveis Morfossintático e Fonológico, respectivamente. O Nível Fonológico é o input para a operação de Articulação, que contém as regras fonéticas necessárias para a formação de um enunciado adequado. A articulação ocorre no Componente de Expressão, fora do Componente Gramatical.

Os vários níveis contidos na gramática alimentam o Componente Contextual, permitindo referência subsequente aos vários tipos de entidades relevantes em cada um desses níveis uma vez que são introduzidas no discurso. O Componente Contextual, por sua vez, alimenta as operações de Formulação e Codificação, e assim a disponibilidade de antecedentes pode influenciar a composição de enunciados subsequentes.

Em resumo, no Nível Interpessoal são descritos todos os aspectos pragmáticos de uma unidade linguística que são codificados na estrutura formal dessa unidade. No Nível Representacional, similarmente, são descritos todos os aspectos semânticos de uma unidade linguística que são codificados. O Nível

Morfossintático é reservado para a descrição da estrutura morfossintática das unidades. Por fim, no Nível Fonológico, é feita a representação da estrutura fonológica das unidades linguísticas.

Cada um desses níveis é dividido internamente em camadas hierarquicamente organizadas e, entre eles, há a possibilidade de haver ou não o alinhamento entre as unidades, o que significa dizer que determinadas línguas são mais ou menos transparentes de acordo com esse alinhamento.

Para Hengeveld (2011), a transparência é identificada como uma relação de um-para-um entre os níveis de organização da gramática. Leufkens (2013) entende a relação de transparência à medida que uma noção semântica se manifesta em uma forma apenas, que pode ser um morfema, uma palavra ou uma unidade linguística, i.e., a relação de um-para-um (um significado para uma forma) é uma relação transparente, ao passo que qualquer ruptura nessa relação de um-para-um deve ser considerada como não-transparente ou opaca. As línguas, dessa forma, apresentam graus de transparência e de opacidade, uma vez que é impossível considerar uma língua como totalmente transparente ou opaca.

Hengeveld (2011) afirma que a transparência pode ser identificada nas relações apresentadas entre os níveis e as camadas do Componente Gramatical da GDF, sempre marcadas por pares. Entretanto, aspectos oriundos da relação Interpessoal-Representacional podem ser levados para o NM. Nesse sentido, os processos, por serem passíveis de cumulação, levam a uma reorganização, a saber: (i) Interpessoal - Representacional; (ii) Interpessoal/Representacional - Morfossintático, e (iii) Interpessoal/Representacional/Morfossintático - Fonológico.

Identificamos uma relação de transparência entre os níveis interpessoal e representacional quando um único subato no NI corresponde a uma única categoria semântica no NR, como visto em (5).

(5)	NI	(R _i)
	NR	(x _i)

O sistema de alinhamento do sistema pragmático/semântico em unidades sintáticas é um caminho de não-transparente, uma vez que unidades pragmáticas e semânticas são codificadas de diferentes formas no NM, a depender da configuração sintática. A descontinuidade de uma unidade semântica (*o cara vai consertar a torneira*) pode dar-se em orações relativas (*O cara que chegou é quem vai consertar a torneira*). Nas relativas, o SN (*o cara*) e o seu predicado (*vai consertar a torneira*) seriam uma única unidade no NR, mas, na configuração sintática, são codificados separadamente.

Ainda, uma língua é transparente se uma determinada função é sempre marcada da mesma maneira, e.g., a função de tópico no japonês, que é sempre

marcada pela partícula *ga*, independentemente da natureza do constituinte no qual essa função é expressa.

Há transparência também se houver uma relação de um-para-um entre o mapeamento de unidades morfossintáticas e fonológicas. Trata-se de casos em que cada palavra gramatical é codificada como uma única palavra fonológica. Outro aspecto transparente é a ausência de determinação da codificação de um item no NM como subordinada a uma determinada estrutura prosódica.

Além das relações de transparência/opacidade observadas entre os níveis, há também relações de transparência e opacidade que podem ocorrer entre as camadas dos níveis Morfossintático e Fonológico.

Quadro 2. Relação de transparência nos níveis.

NM	Ausência de elementos expletivos	Uma das operações que toma lugar em certas línguas é a inserção de um <i>dummie</i> no componente morfossintático, o qual ocupará uma posição obrigatória, sem ter material interpessoal e representacional avaliável.
	Ausência de transcrição do tempo verbal	Um discurso indireto reportado transparente é aquele no qual o tempo do verbo da encaixada é o que foi usado no discurso original
	Ausência de alçamento	O alçamento de constituintes da oração encaixada a posições da oração matriz conduz à descontinuidade e, portanto, à falta de transparência.
	Ausência de gênero gramatical, declinação e conjugação	A organização das classes de palavras em classes de gêneros gramaticais, de declinações e de conjugação leva a uma subdivisão arbitrária das palavras que não corresponde ao seu significado ou função.
	Ausência de concordância	Línguas que exibam cópia da concordância.
	Ausência de morfologia fusional	São os casos de morfemas cumulativos ou que carreguem mais de uma informação semântica.
NF	No NF, também um número de operações adiciona elementos ou atributos a estruturas que foram construídas com base no material oriundo dos componentes mais altos. Situações em que não há adaptação fonológico seriam situações de transparência.	

Fonte: Adaptado de Hengeveld (2011).

Referência Cruzada

Por ser este o tema deste artigo, voltaremos nossa atenção para a referência cruzada. Buhler (1982 [1934]) entende o *verbo* como uma classe de palavras em torno da qual se projetam *slots* a serem preenchidos por outras classes de palavras, que serão marcadas por determinadas funções sintáticas, a depender do tipo de verbo. Dentre essas funções, destaca-se a de *sujeito*, normalmente, preenchida por um sintagma nominal (SN) ou por um pronome expresso ou omitido. Tal expressão ou não, para Neves (2007), está intimamente relacionada a questões discursivo-textuais, i.e., mesmo em se tratando de um fenômeno de aspecto sintático, é na esfera pragmática que a necessidade da realização do sujeito delinea-se, bem como de que forma ele será realizado, ou se não será expresso linguisticamente.

Sob uma perspectiva diacrônica (cf. DUARTE, 1993; MATTOS E SILVA, 2006; NEVES, 1994; 2004), as autoras identificam uma redução no paradigma verbal do português brasileiro (PB). Em seus estudos, que contemplam o português do século XVI até o século XXI, as autoras atestam, nesse período, uma perda de seis, para quatro e para três formas verbais, respectivamente. No português arcaico, há predominância de marcação número-pessoal pelo afixo verbal, levando a uma redução na expressão do sujeito pleno restrito a casos de sujeitos não pronominais (DUARTE, 1993). Nesse contexto, há uma relação intrínseca entre a formalidade e a expressão do sujeito: em variedades ou em contextos mais formais, em que se preza o uso das formas flexionadas tradicionais, há uma tendência maior ao uso do sujeito nulo. Com a inserção de novas formas pronominais: *você/vocês* e *a gente*, há uma reanálise da forma verbal de terceira pessoa do singular, uma vez que a recuperação do conteúdo do sujeito depende da referência externa dos SNs (DUARTE, 1995) e que essa forma é a menos marcada, levando a um contexto em que apenas a expressão do verbo não possibilita a identificação do sujeito. Situação essa que parece levar a uma releitura do morfema zero: podemos dizer que o morfema zero é significativo se, e somente se, identificamos uma relação de oposição entre ele e as demais formas (*o, s, Ø, mos, is, m*). O morfema zero pode ser usado como marca de segunda e de terceira pessoas do singular e de primeira pessoa do plural, o que impossibilita afirmar qual a pessoa verbal somente pelo verbo. Nesse caso, há uma diminuição do uso do sujeito nulo em detrimento do aumento do uso do sujeito pleno.

Por fim, há o apagamento quase total do uso de *tu* e total de *vós*, o que nos leva a uma predominância de forma não marcadas, quer pela utilização da forma de terceira pessoa do singular para si própria e para as formas de segunda do singular e de primeira do plural, quer pela ausência de concordância verbal identificada no português contemporâneo (cf. RUBIO; GONÇALVES, 2012). Tal cenário parece levar a uma oposição entre forma de primeira do singular, com maior caso de sujeito nulo, e as demais formas, com uso maior de sujeito pleno, evitando, assim, a ambiguidade entre as formas.

Mattos e Silva (2003) compila 702 ocorrências, dentre as quais 349 (50%) são de omissões do referente. O maior índice de omissão no pronome de primeira pessoa deve-se ao fato de sua desinência verbal permitir um menor grau de ambiguidade, seja ela morfológica ou textual, justificado pela autora ao abordar o princípio da iconicidade, através do subprincípio da quantidade que prevê que quanto mais predizível uma informação, menos codificação ela recebe, logo, a

primeira pessoa é a mais predizível e, conseqüentemente, menos “apagável” (cf. SOUZA, 2015). O menor índice de omissão, por outro lado, é do pronome de segunda pessoa, fato que a autora atribui ao alto grau de ambigüidade proporcionado pela desinência verbal da segunda (você) e da terceira pessoa do singular. Em seu estudo sobre a forma do sujeito (sintagma nominal, pronome ou zero), Neves (1994) verificou a frequência das formas de realização do sujeito. Para isso, analisou 163 sentenças presentes em 5 inquéritos do NURC levando em consideração dois fatores: função semântica dos argumentos e transitividade dos verbos. Considerando tais fatores, a autora encontrou alguns esquemas mais frequentes, no que se refere à realização do argumento sujeito pronominal, a saber: (i) a forma não lexical (pronome) predominante em sujeito (ou argumento agentivo) de verbo transitivo direto, totalizando um total de 92% das ocorrências, como em *ele é capaz... de desenhar este animal* (NEVES, 1994 *apud* NEVES, 2007, p. 43); (ii) em argumento único de verbo intransitivo, totalizando um total de 77% das ocorrências, como em *elas ainda vivem em bandos...* (*ibidem*); (iii) (levemente) em argumento único de verbo copulativo, somando um total de 54% das ocorrências, ilustrado em *Ela é pragmática* (*ibidem*).

De acordo com Neves (2007), a realização do sujeito pronominal e da desinência verbal poderia ser pensada como redundante. A autora lembra que o PB dispensa por muitas vezes a realização pronominal do sujeito, o que as gramáticas tradicionais atribuem ao fato de existir desinência verbal que identifique tal indivíduo e que a gramática gerativa, conforme anteriormente exposto, atribui ao fato do PB estar perdendo sua característica *pro-drop*. A autora, portanto, se propõe a esclarecer qual é o papel semântico ou pragmático de um sujeito redundante em relação à flexão verbal (SOUZA, 2015, p. 60).

Se entendemos, portanto, que o sistema de dupla marcação, em (6a), constitui um caso de referência cruzada, como visto inicialmente, por conter dois subatos referenciais que fazem menção a um único indivíduo, algumas das questões que poderíamos levantar, com base em Neves (2007), têm a ver exatamente com o fato de a autora chamar esse tipo de marcação como redundante. Sendo assim, se ambas as marcas são referenciais, o que levaria o falante a expressá-las mesmo assim, contrariando, por exemplo, o princípio de economia da linguagem? A expressão do argumento sujeito na forma pronominal poderia estar atrelada a alguma necessidade comunicativa do falante, como por exemplo, a mudança de tópico discursivo, estabelecimento de contraste, ênfase ou desambigüização referencial? Construções como (6b) não poderiam também ser motivadas por questões pragmáticas, tais como a manutenção de tópico, em que o sujeito não é expresso lexicalmente pelo fato de a conversa envolver algo que trata sobre o mesmo tópico?

- (6) a. **Eu comi** a lasanha toda.
b. \emptyset Comi a lasanha toda.

Para Hengeveld (2011), a referência cruzada leva à opacidade da expressão do argumento sujeito, pois se observam duas unidades referenciais, no NI, que correspondem a uma única unidade semântica no NR. Em outras palavras, há um pareamento entre forma e significado do tipo dois-para-um entre as camadas do NI e as do NR e não uma relação de um-para-um entre forma e significado, que seria concebido como um caso de transparência. No entanto, há línguas, como o Inglês, que não permitem a expressão de argumento sujeito apenas por meio de morfema desinencial,

[...] pois o sistema de flexão verbal [do Inglês] é relativamente sintético, com distinções apenas na primeira e na terceira pessoas do singular (no caso dos verbos irregulares), razão pela qual, para evitar ambiguidade quanto à referência, a posição de argumento sujeito é obrigatoriamente preenchida por um argumento pronominal. [...] Nesse sentido, segundo Hengeveld (2012), tem-se um caso de concordância oracional [sintática], que se diferencia do fenômeno de referência cruzada, justamente porque o primeiro [a concordância sintática] não contribui para o significado da oração, já que constitui uma cópia de informação de um sintagma lexical a outra unidade morfossintática, como, por exemplo, o sintagma verbal (SOUZA; COMPARINI; GUIRALDELLI, 2017, 308-309).

Para Leufkens (2013, p. 323), a noção de “transparência na gramática é uma vantagem do ponto de vista cognitivo”. Em outros termos, a autora ressalta que “os mapeamentos de um-para-um são mais fáceis de aprender, ao passo que a aquisição de estruturas opacas é mais lenta”. Nesse sentido, a marca de pessoa no verbo, quando nunca coocorre com a marcação pronominal, envolvendo, portanto, uma única unidade interpessoal formulada em uma única unidade representacional, configura caso de *referência simples*, sendo, pois, mais transparente.

Nos casos em que a marca de pessoa no verbo é opcional e coocorre com a marcação de sujeito pronominal, sendo ambas as formas referenciais, estamos diante de caso de referência cruzada e, portanto, mais opaca. Outra situação de opacidade, porém com uma obrigatoriedade da coocorrência entre o sujeito pronominal e o afixo verbal é a concordância oracional.

Métodos

Objetivamos, neste artigo, como já anunciado previamente, a descrição da tendência de transparência da referência cruzada, em variedades africanas do português. Especificamente, a realização da referência cruzada, pode dar-se de quatro maneiras distintas, como aponta o quadro abaixo.

Quadro 3: Cenários de cruzamento entre expressão do sujeito e marcação desinencial.

	Marcação por desinência número-pessoal	Não-marcação por desinência número-pessoal
Sujeito expesso	A	B
Ausência de Sujeito	C	D

Fonte: Adaptado de Guerra (2017).

Situações como as descritas em A e D são consideradas opacas (cf. GUERRA, 2017). Contextos descritos em B e C são mais transparentes, uma vez que não conjugam expressão de sujeito ou presença de desinência verbal número-pessoal. Nesse sentido, o presente artigo pretende avaliar quais os contextos mais recorrentes. Assim, neste artigo, procederemos ao levantamento de dados, referente a ocorrências com sujeito pronominal, indo ao encontro da tendência de preenchimento do sujeito pronominal, em detrimento do sujeito nominal (MATTOS E SILVA, 2006).

Neste artigo, restringiremos nossa análise a ocorrência de 1ª e de 2ª pessoas, do singular e do plural, desconsiderando as 3ª pessoas. Essa seleção justifica-se pela verificação de mudanças diacrônicas, capazes de interferir nas tendências de transparência. Embora reconheçamos o aumento diacrônico do preenchimento do sujeito no uso da 3ª pessoa, essa não será incluída em nossas análises, como um dos recortes adotados para a delimitação de nosso objeto do estudo.

No que diz respeito ao preenchimento do sujeito pronominal, foram levantadas, em cada variedade em estudo, todas as ocorrências de orações com sujeito pronominal pleno ou nulo, a fim de identificarmos a frequência de uso de cada uma dessas estruturas. Assim, selecionamos ocorrências de sujeito pronominal em orações independentes, em orações principais, em orações núcleos de adverbiais e na primeira oração de estruturas de coordenação. Isso, pois, em *orações principais* há menor contexto de restrição para ocorrência de preenchimento ou não do sujeito pronominal.

De nossas análises, excluímos ocorrências de orações com verbos no imperativo, por considerarmos que esse contexto estrutural favorece a ocorrência

de sujeito nulo, em detrimento de sujeito pleno. Não controlamos a frequência de ocorrências de pronomes de 2.SG *tu* e *você* ou de 1.PL *nós* e *a gente*, por não constituírem objeto de investigação do presente artigo.

Consideramos, neste trabalho, ocorrências com verbos regulares e irregulares, por assumirmos que a ocorrência de sujeito pronominal não parece estar controlada pelas formas verbais.

Levado a cabo o levantamento dos dados, procedemos ao cálculo da tendência para realização transparente da referência cruzada, em cada variedade, para, em seguida, compará-las, como indica a tabela abaixo.

Tabela 1. Exemplificação de tabulação da tendência de transparência.

	Variedades				
	Angola	Cabo-Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
Tendência à transparência	X ₁ %	X ₂ %	X ₃ %	X ₄ %	X ₅ %

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para chegar à tendência de transparência de cada variedade, calculamos uma média entre as tendências de transparência, com as diferentes pessoas do discurso, calculada com base em uma relação simples entre construções transparentes e construções opacadas, conforme ilustra a tabela seguinte.

Tabela 2. Tendência à transparência vs pessoas do discurso.

Pessoas do discurso	Variedades				
	Angola	Cabo-Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1.SG	a %	e %	i%	m%	q%
2.SG	b %	f %	j%	n%	r%
1.PL	c %	g %	k%	o%	s%
2.PL	d %	h %	l%	p%	t%

Tendências médias	X ₁ % (a+b+c+d/4)	X ₂ % (e+f+g+h/4)	X ₃ % (i+j+k+l/4)	X ₄ % (m+n+o+p/4)	X ₅ % (q+r+s+t/4)
-------------------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Análise dos dados

Levantadas as ocorrências, identificamos 892 contextos de ocorrência de sujeito em forma pronominal. A Tabela 3 aponta para a distribuição de construções em relação à variedade.

Tabela 3. Tendência à transparência cruzada com as pessoas do discurso.

Variedades	(f)	%
Angola	234	26,23
Cabo-Verde	105	11,77
Guiné-Bissau	107	12,00
Moçambique	182	20,40
São Tomé e Príncipe	264	29,60
Total	892	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar uma predominância de contextos que instanciam a ocorrência de argumento sujeito pronominal nas variedades de São Tomé e Príncipe e de Angola. Especificamente, na análise das construções opacas e transparentes, identificamos uma tendência numérica à transparência, como aponta a Tabela 4.

Tabela 4. Construções transparentes e opacas nas variedades.

Variedade	Marcação simples		Marcação dupla	
	(f)	%	(f)	%

Angola	111	47,43	123	52,57
Cabo-Verde	53	50,48	52	49,52
Guiné-Bissau	59	55,14	48	44,86
Moçambique	111	60,98	71	30,02
São Tomé e Príncipe	166	62,87	98	37,13

Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma geral, identificamos como tendência de transparência para chegar à tendência de transparência de cada variedade, calculamos uma média entre as tendências de transparência, com as diferentes pessoas do discurso, calculada com base em uma relação simples entre construções transparentes e construções opacadas, conforme ilustra a Tabela 5.

Tabela 5. Tendência (%) à transparência cruzada com as pessoas do discurso.

Pessoas do discurso	Variedades				
	Angolana	Cabo-Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1.SG	45,45	40,90	39,13	63,15	65,28
2.SG	51,85	81,81	78,94	100,00	90,27
1.PL	50,00	59,25	70,00	52,27	30,30
2.PL	33,33	100,00	0,00	0,00	40,00
Tendências médias	45,15	70,49	47,01	53,85	56,46

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como podemos observar, as tendências médias de transparência apontam para cenário no qual haja um único expediente morfossintático para a codificação de pessoa nas variedades lusófonas africanas, i.e., há predileção pela marcação via pronominal ou via afixal da pessoa verbal. Tendência essa que pode ser sintetizada na médias de Cabo-Verde (70,49%). É notório que há certa predominância, como indica a Tabela 6, da preferência por uma codificação transparente, em detrimento de uma codificação opaca.

Tabela 6. Predominância da transparência cruzada com as pessoas do discurso.

Pessoas do discurso	Variedades				
	Angolana	Cabo-Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1.SG	45,45	40,90	39,13	63,15	65,28
2.SG	51,85	81,81	78,94	100,00	90,27
1.PL	50,00	59,25	70,00	52,27	30,30
2.PL	33,33	100,00	0,00	0,00	40,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Das ocorrências indicadas, há uma predominância de construções transparentes (11/20), o que atesta que mesmo que na frequência média haja pouca predominância (o peso relativo de Moçambique e São Tomé e Príncipe é acima de 0.50, mas ainda muito incipiente, para indicar uma tendência ou uma preferência por construções transparentes), na aderência do fenômeno em uma análise controlada do tipo de pessoa, fica nítida a preferência pelo fenômeno (mesmo em Moçambique, que apresenta 63,15% de ocorrências transparentes para a primeira pessoa do singular, algo que destoaria, não fosse o *outlier* 0% para a segunda pessoa do plural). Somente uma construção parece não indicar uma predominância, na primeira pessoa do plural em Angola.

Problemática teórica: à guisa de conclusão

Considerando uma série de *problemas* linguísticos, na evolução e na mudança linguística, quais sejam: (i) inserção de *a gente*, (ii) inserção de *você* e (iii) rearranjo do paradigma pronominal e (iv) rearranjo do verbal, há uma clara tendência delineada na Lusofonia pela prevalência de construções transparentes em detrimento de construções opacas. Isso não fica claro no seu texto. Neste trabalho, portanto, não controlamos, estatisticamente, os tipos de construções opacas ou transparentes; mesmo sendo possível afirmar que as construções transparentes predominantes são aquelas com expressão morfológica da pessoa verbal, dada a morfologia verbal ainda rica das variedades em análise.

A problemática instaurada, portanto, diz respeito à forma como se explica a variabilidade de tendências transparentes e opacas (aqui, desconsiderada a curva de tendência estatisticamente relevante): o que explicaria a seleção variável entre uma forma duplamente marcada e uma forma marcada uma única vez?

Hengeveld e Mackenzie (2014) analisam a interação entre o Componente Gramatical e o Componente Contextual. Para os autores, essa interação é tão extensiva que o Componente Contextual pode ser analisado como um ‘companheiro’ do Gramatical, i.e., colabora com a realização dos *outputs* contextuais relevantes.

As línguas, em sentidos diversos, são sensíveis às influências do contexto na forma e as relações entre os Componentes Contextual e Gramatical são ímpares nas línguas. Contudo, no Componente Contextual, há estratos que inferem, diretamente, em níveis do Componente Gramatical; cada qual com sua informação contextual. Dessa forma, há dois tipos de informação derivadas do Componente Contextual: (i) Informação Situacional e (ii) Informação Discursiva.

A Informação Situacional oferece a seleção linguística específica dos detalhes de uma situação de fala, os quais têm relevância apenas para a Formulação, uma vez que formulam aspectos do local e tempo onde o evento de fala toma lugar, bem como dos participantes. Portanto, essa informação é dinâmica e, continuamente, adaptada às circunstâncias interacionais. Por sua vez, a Informação Discursiva é formulada e codificada em todos os níveis e diz respeito às distinções entre informações dadas (estocadas no Componente Contextual) e novas (*inputs* da dinamicidade da Informação Situacional e, portanto, entram, gradativamente, no Componente Gramatical).

É nesse sentido, que a proposta que oferecemos, inicialmente, neste trabalho, é a de que, na Informação Situacional, os participantes da enunciação são entidades percebidas no mundo físico e, portanto, são codificados por meio de uma dupla marcação, por identificarem entidades novas no componente gramatical; ao passo que, contextos transparentes, indicam uma mera retomada morfosintática de uma entidade denotada no discurso anterior.

Assim, contextos de transparência parecem, no processo de interação entre os níveis, não serem contextualmente salientes. Para os autores, a saliência contextual é medida em termos da presença visual ou audível no mundo físico, em torno da situação e sua menção no discurso anterior. Dessa forma, a percepção de uma entidade no estrato representacional do Componente Contextual faz dela Tópico de um Ato no NI do Componente Gramatical. Portanto, sendo tópico, não é necessária sua reprodução, apenas por meio da morfologia verbal ou da própria expressão pronominal (sem desencadear a concordância).

Essa proeminência dos elementos é fluída, uma vez que o Componente Contextual é alimentado por um processo dinâmico: informações desaparecem e reaparecem e novas informações são inseridas. Considerando esse contexto é preciso avançar na proposta medindo em que momento textual houve a ocorrência da dupla marcação, a fim de atestar se (i) houve estocagem de informações, (ii) ou inserção de uma nova informação; (iii) ou ainda uma tentativa de o Falante em resgatar uma informação, que já dada, tornando-a nova.

Essa estocagem é uma forma de implementar a saliência contextual (a qual não pode ser confundida com a mera ativação cognitiva, uma vez que depende, necessariamente, do compartilhamento entre os interlocutores; não de uma bagagem universal e cognitiva). É, portanto, uma característica observável de

textos e de situações e depende da menção real de uma entidade em um discurso (anterior) ou de sua percepção (física) na situação em que um texto é produzido.

Notas

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Naro e Scherre (2007), ao tratarem especificamente da expressão argumental do sujeito e da concordância, afirmam que em determinados contextos, sem a marcação de pessoa no verbo, haveria uma incidência maior de sujeito por meio de pronomes.

3 O sujeito de terceira pessoa está intimamente ligado a referentes com o traço [+ humano] (DUARTE, 1993), o que nos leva a afirmar que a forma *ele*, no exemplo 1, refere-se a um antecedente [+ humano].

Referências

BUHLER, K. *Sprachtheorie*. Die Darstellungsfunktion der Sprache. Stuttgart: Gustav Fischer, 1982 [1934].

DONOHUE, M. *A grammar of the Skou language of New Guinea*. Singapore: National University of Singapore, 2004.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 107-128.

DUBOIS, J. *et al. Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

GALVES, C. Algumas diferenças entre o português de Portugal e português do Brasil e a teoria de “regência e vinculação”. In: GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 33-42.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. V. 1. Philadelphia: John Benjamins, 2001a.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. V. 2. Philadelphia: John Benjamins, 2001b.

GUERRA, A. R. *Diacronia do grau de transparência do sistema de referência por expressão pronominal e desinencial do argumento-sujeito de 1a. e 2a. pessoas no português brasileiro*. Tese de Doutorado (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2017.

HENGEVELD, K. Introduction. Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam*, Amsterdam, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2011.

HENGEVELD, K. Referential markers and agreement markers in Functional Discourse Grammar. *Language Sciences*, Oxford, v. 34, n. 4, p. 468-479, 2012.

HENGEVELD, K., MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Grammar and Context in Functional Discourse Grammar. *Pragmatic*, v. 24, n. 2, p. 203-227, 2014.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 28, n. 2, p. 323-362, 2013.

MATTOS E SILVA, R. V. A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 29/30, p. 135-147, 2003.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

NARO, A. J., SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCIMENTO, M. F. B. do. (org.) *Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais*, 2001. Disponível em <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/738-portugues-falado-variedades-geograficas-e-sociais>. Acesso em 30 mar 2018.

NEVES, M. H. M. *A estrutura argumental preferida em inquéritos do NURC*. 1994. (mimeo)

NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

POPJES, J.; POPJES, J. Canela-Kraha. In: DERBYSHIR, D. C.; PULLUM, G. K. (org.) *Handbook of Amazonian Language*. V. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 128-199.

RUBIO, C. F.; GONÇALVES, S. C. L. A fala do interior paulista no cenário da sociolinguística brasileira: panorama da concordância verbal e da alternância pronominal. *Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online)*, Araraquara, v. 56, p. 1003-1034, 2012.

SIEWIERSKA, A. *Person*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SINCLAIR, J. M.; COULTHARD, R. M. *Towards an Analysis of Discourse: the English used by teachers and pupils*. London: Oxford University Press, 1975.

SOUZA, A. D. de. *Transparência e opacidade na realização do sujeito pronominal no Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2015.

SOUZA, E. R.F.; COMPARINI, A. M.; GUIRALDELLI, L. A. Referência cruzada e concordância oracional no estudo da transparência e opacidade em língua indígenas do Brasil. *LIAMES*, Campinas, v. 17, p. 307-340, 2017.

Para citar este artigo

ANDRADE, Gustavo da Silva. Transparência e opacidade na lusofonia: a referência cruzada nas variedades africanas do português. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 3, p. 858-879, set.-dez. 2020.

679

O autor

Gustavo da Silva Andrade é doutorando e mestre em Estudos Linguísticos, pela Unesp/São José do Rio Preto (2016). Graduiu-se em Licenciatura em Letras (Português/Espanhol), pela Unesp/São José do Rio Preto (2013), e em Licenciatura em Letras (Português/Francês), pela Unesp/São José do Rio Preto. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Descrição e análise funcional de língua falada e escrita, em atuando, principalmente, nos seguintes temas: sujeito, alçamento de constituintes, transparência, sintaxe funcional e orações completivas.